

“Bragança na Época Moderna. Militares e Eclesiásticos. A rua, a praça, a casa.”

Luís Alexandre Rodrigues

(Dep. Ciências e Técnicas do Património da FLUP /
CEPESE)

Introdução

Como em muitos outros casos, a formação de Bragança como núcleo urbano participou de um processo repleto de dificuldades, algumas das quais eram muito orgânicas por derivarem directamente do confronto com o poder da natureza. Entre outras, as fomes, mais ou menos frequentes, alimentavam os medos relacionados com a consciência da fatalidade que uma simples doença podia significar. Agruras que também eram acentuadas pela inexistência de uma administração com capacidade para controlar os desmandos de poderes relativamente brutos que beneficiavam da possibilidade de, muitas vezes, poderem agir a seu talante. E à medida que o país se tecia nem sempre era possível resolver o problema da rarefacção populacional. Realidade importante que, procurando conjugar o fomento e a ocupação do território, cedo os monarcas inscreveram no elenco de preocupações gerais. No leque de medidas destinadas a dar alguma consistência ao programa de acção contavam-se as que eram dirigidas àqueles que andavam foragidos à justiça. Ainda em 1454 um diploma régio, publicado pelo Abade de Baçal, agraciando o duque de Bragança e conde de Barcelos, concedia a «todollos omiziados de nosso senhorio e naturaes ataa duzentas pessoas que a villa de Bragamça quiserem vir morar [...] como outros quaesquer que amdarem fora do dito senhorio que sejam naturaes delle como dito he posto que sejam culpados em quaaesquer maleficios». Embora não fossem contemplados os crimes de «treiçam ou aleive», «moedeiro falsso nem sodomitiguo nem a irege» o diploma possibilitava-lhes inteira liberdade de movimentos desde que no curso de um ano residissem na vila e no seu termo durante pelo menos quatro meses. Para tal devia possuir cada homiziado residente na vila «cassa repairada demtro na dita cerqua» - o espaço intra-muros sofria agora a competição dos arrabaldes - prevendo-se que, no caso de se verificar a insuficiência de solos para edificação, alguns pardieiros e campos pudessem ser sesmados. A localização de Bragança «na fromteira amte Purtugal e Castella» e a necessidade de «ser melhor povorada e acrecemtada (garantido) melhor defessa» justificava tais medidas, as quais estavam na linha de outras que repetidamente se aplicaram em toda a extensão do território sempre que o quadro de razões e de objectivos coincidiam. A confirmação por D. João II (1486) e, depois, por D. Manuel I (1496) do conteúdo que nos serviu de exemplo mostra bem a associação entre a graça e a persistente atenção à problemática do povoamento.

Mesmo assim nem sempre era possível controlar a estabilização dos factores essenciais pois, como as águas de um rio caudaloso, podiam assumir dimensões imprevistas e precipitarem as esperanças de um sítio. Era um tempo em que a povoação se caldeava numa relação de grande intimidade com o ambiente local Daí que não fosse coisa rara assistir-se ao

despovoamento de uma localidade ainda antes de se poder cumprir o tempo necessário para se verem surgir os efeitos tenteados pelas medidas destinadas à fixação da gente num dado sítio e região.

Seja como tiver sido, a afirmação do poder em toda a dimensão do território implicou desavenças dos titulares do ceptro com vários caudilhos locais, onde se contavam os beneficiários de privilégios e rendas como os arcebispos de Braga ou os abades da casa beneditina de Castro e Avelãs. Por isso os moradores da vila de Bragança e da área do seu termo tinham em apreço o alcance de um diploma, concedido por D. Afonso III (1253), em que se impedia a permanência nas povoações do representante do monarca mais tempo do que o necessário para o exercício das funções que lhe estavam cometidas. Por outro lado, a imposição aos mesmos moradores de uma quantia em dinheiro também mostra como alguns desenvolvimentos da fiscalidade concorriam para a solidificação de um processo que concorria para o fortalecimento de uma certa identidade. Ou seja, à medida que a administração central se estruturava e adquiria capacidade para dominar certos poderes extravagantes, exercidos por fidalgos e clérigos, também a personalidade jurídica da cidade se impunha ao vasto território que controlava.

Faciendum murum

Na longa duração, não será despropositada a valorização de algumas citações contidas no texto das Inquirições uma vez que algumas temáticas interessam aos nossos propósitos. Assim, socorrer-nos-emos dos testemunhos de Pedro e de Pedro Vermudes. Chamado a depor no âmbito de certos interesses relacionados com a paróquia bragançana de Santa Maria, o primeiro vizinho afirmaria que o concelho de Bragança arrecadava a terça dos dízimos da igreja para a construção dos muros – *decimis ipsius ecclesiae et concilium aliam tertiam pro ad faciendum murum*. Informação semelhante resultaria do depoimento do segundo inquirido quando se registaram as suas palavras relativas aos usos da paróquia de Santa Maria de Grijó de Parada. Diferentes, mas também com grande alcance, por mostrarem o alargamento do leque de possibilidades contributivas, seriam as palavras de Pedro, morador em Maçãs e freguês de S. João Trasbaceiro, quando afirmou que sobre cada vizinho, cabeça de casal, recaía a obrigação de um pagamento de oito dinheiros destinados à obra da muralha.

Por conseguinte, no ano de 1253 a fábrica dos muros da cidade de Bragança estava em andamento e a empreitada era suportada pelas populações do território concelhio, as mesmas

que carregavam o fardo da prestação de trabalhos gratuitos (anúduva). Constatações que esclarecem como o esforço defensivo se encontra na génese das finanças municipais já que esta temática pertencia ao domínio dos interesses mais importantes para uma comunidade alargada. Por isso a existência da muralha definia, em paralelo com a função defensiva, não somente uma referência regional mas também a existência institucional de uma centralidade que funcionava como garante da personalidade jurídica do aglomerado populacional mais importante da região.

Para além de marcar a paisagem, a linha do seu circuito tornava-se uma dominante no que respeita à organização e hierarquização do espaço urbano pois o estatuto social e económico de cada homem tendia a definir-se em função do sítio em que habitava, no espaço intra-muros, no seu exterior, ainda que à sombra da muralha, e a alguma distância, indicador de laços estreitos com o mundo rural. Eram os dois primeiros vectores que definiam a morfologia da cidade. Compreendendo os desígnios do seu tempo, D. Dinis tentou fixar funcionários e serviços na região de maneira a dar visibilidade às incipientes estruturas do poder central. No Verão de 1286, Afonso Rodrigues, um seu representante em terras de Bragança e de Miranda do Douro, adquiria umas casas com a finalidade de se «metterem [...] no alcaçar de Bragança». Em termos da problemática relacionada com a edificação não sabemos se estava em cauda a obra da alcáçova *a fundamentis* ou se se tratava do acrescentamento do seu edifício de forma a proporcionar melhores funcionalidades e até comodidades ao seu governador ou alcaide. Seja como for, estamos perante um sinal claro de índices de maior exigência administrativa e defensiva. O que não invalida o conjuntural mau estado da muralha até porque se sabe que os representantes da população deram de viva voz conhecimento ao monarca que os muros da vila estavam «derribados e mal parados». Os «agravamentos» que os judeus causavam aos moradores e o repetido esquecimento por parte de algumas aldeias foreiras do rei em pagarem os impostos da tabela, diziam, eram obstáculos que não consentiam o desafogo necessário para se enfrentarem as reparações da muralha. Durante gerações, cuidados desta natureza preocuparam tanto os moradores como as vereações camarárias. E, no entanto, a simples presença da muralha implicava certas obrigações, algumas com uma natureza muito diversa daquelas que configuravam aspectos militares. Por exemplo, a obrigatoriedade dos moradores do espaço intra-muros serem tutores e curadores de menores, mesmo contra a sua vontade. Ora, em épocas em que as epidemias patenteavam frequentemente a crueldade dos seus efeitos, evidenciavam-se os trabalhos e responsabilidades que sobrecargavam os que viviam na

Vila – substantivo usado ainda hoje para referenciar o espaço situado no interior do perímetro da muralha do castelo.

Sob o ponto de vista simbólico, a natureza das faces dos muros que cingiam a cidade era dupla: uma respondia às necessidades de protecção em contexto de crise internacional; a outra compreendia as obrigações de pagamentos pecuniários, o concurso de homens e animais em trabalhos que eram gratuitos e ainda a urgência de «belar e rodar», ocupação que, por turnos, retinha temporariamente os homens do termo na função das guardas e das vigias. Mas enquanto máquina de guerra o que de essencial a estrutura defensiva projectava era o efeito dissuasor. Acima de tudo o castelo era um símbolo de soberania e instrumento da sua afirmação. Razões bastantes para que em todo o espaço nacional que confinava com o território em que se desfraldavam bandeiras de Castela tivesse sido pontuado por estas construções, quase sempre robustas e com o desenho dos seus elementos adaptado ao armamento e às tácticas bélicas de um tempo longo em que o uso da pólvora era ainda muito restrito.

O corpo e solidez eram atributos que concorriam para a ambição de praça inexpugnável. Por isso interessava que o edificado se inscrevesse na paisagem, agora assinalada por uma silhueta que devia ser avistada nas lonjuras como um símbolo de pertença e de coesão de uma comunidade.

D. João I, ao autorizar que parte dos rendimentos do concelho pudesse, ainda que por empréstimo, ser afectada à obra do castelo de Bragança, possibilitou a formação do estaleiro. Corria o ano de 1409 quando os trabalhos foram iniciados mas, como acontece com frequência, pouco tempo depois o empreendimento confrontava-se com obstáculos que interromperam o normal desenvolvimento da obra. Em 1433, quando D. Duarte sustentava o cetro da governação, o martelar dos picos dos canteiros misturavam-se com o lancinante chiar dos carros puxados por juntas de bois que transportavam as pedras, as madeiras, a cal e outros materiais que a obra pedia. De vez em quando, aqui e ali, os homens prestavam atenção às palavras e observações de Diogo Gonçalves, teor, Martim de Paçó, administrador e contador régio em Trás-os-Montes, e ainda de João Cotrim que desempenhava as funções de vedor. Pelas atribuições que lhes estavam cometidas, o papel destes três homens, conhecedores tanto das formas mais adequadas para a defesa da praça e ataque ao invasor como das técnicas construtivas mais eficazes, foi determinante para a definição da imponente volumetria da torre de menagem do castelo de Bragança. Contudo, é bem possível que as formas adoptadas no seu coroamento, sobretudo no que respeita à configuração das guaritas, já apetrechadas com troneiras, apoiadas em consolas e salientes relativamente aos planos dos muros, possam derivar da mesma matriz

que informou os competentes práticos que alçaram alguns dos torreões que disputavam os céus a alguns campanários de igrejas de cidades da vizinha Castela.

Em todo o caso, quando os problemas do financiamento ganhavam maior acuidade sempre as rendas concelhias, na totalidade ou em parte, concorriam para cobrir as despesas. O que não impediu que algumas hesitações tivessem determinado a lentidão no crescimento obra e o seu arrastamento para a regência de D. Pedro. Em 1442, durante a menoridade de D. Afonso V, o regente D. Pedro fazia doação do aglomerado ao conde de Barcelos, tronco da poderosa Casa de Bragança que muito apoiaria a coroa nas conquistas do Norte de África. Poder que, além do senhorio de Bragança, se estendia a muitas e importantes vilas do país, se manifestava na posse de muitos direitos em terras que não senhoreava directamente, na apresentação de benefícios e na faculdade de prover ofícios e várias dezenas de comendas. A constatação desta realidade levou António de Sousa Macedo a escrever em «Flores de Espanha excelências de Portugal» que, tal como César dividia o império com Júpiter, também se podia dizer, sem lisonja, que o Duque dividia o reino com o rei de Portugal. Da substância das rendas, dos direitos que se lhe reconheciam e da capacidade administrativa, derivava o efectivo controlo Casa de Bragança sobre boa parte do país tanto mais que várias Câmaras, incluindo a de Bragança, eram elementos de uma rede de poderes cujo centro efectivo estava Vila Viçosa. Por conseguinte, os funcionários que a Sereníssima Casa enviava em comissão de serviço para a urbe transmontana devem ser enquadrados no âmbito de uma estratégia favorecedora dos interesses de uma centralidade senhorial, apostada em manter interesses próprios e de os fazer repercutir sobre os assuntos locais. Argumentos que não abonam a existência da autonomia municipal bragançana durante a época moderna. De resto, algumas notícias relativas ao desejo de se reformarem alguns equipamentos e edifícios com carácter público e religioso deixam emergir quase sempre as preocupações com a diminuição dos rendimentos por causa de um crescimento na parte das despesas. Pragmatismo que arredava a formulação de um padrão construtivo que pudesse ser associado a um gosto estético predominante na casa ducal.

Como é sabido, D. João II mostrou uma firme disposição em não tolerar ocorrências que pudessem animar os grandes à subalternização do poder régio. Firmemente decidido em demonstrar que as suas ideias sobre a natureza do poder iam além de meros enunciados não vacilou quando se confrontou com situações que entendeu como extremas. Mais do que um homem com privilégios o duque de Bragança era um símbolo que se perfilava adequadamente para as «mostranças» que se desejavam. Por isso, o acto lapidar da sua condenação à morte na praça pública de Évora, quando corria o ano de 1483, seria acompanhado do aparato necessário

para a legitimação da tragédia. Alcandorando-se ao patamar dos exemplos drásticos, esperava-se que iluminasse o pensamento e os gestos de todos, especialmente dos poderosos, antes de esboçarem qualquer lance que pudesse ser entendido como contrário à disposição do poder régio. Ainda a notícia daquela ocorrência monopolizava os comentários de muitos e já a comitiva real cavalgava para a cidade de Bragança onde, de acordo com notícias de Garcia de Resende e Rui de Pina, o monarca ordenava trabalhos de reparação na fortaleza. Um gesto de grande significado pelas dificuldades conjunturais que se viviam e por representar um acto de efectiva suserania sobre uma construção simbólica no território dos Braganças. Ao mesmo tempo, as obras preconizadas para o castelo integravam-se na esfera da governação e levavam o selo de alguém que, por ter participado nas infelizes escaramuças de Toro, conhecia o significado da palavra fronteira.

À realidade da zona fronteiriça prestou atenção especial o Venturoso. Com efeito, foi por seu alvedrio que Duarte d'Armas percorreu toda a zona raiana, de Sul a Norte, com o fito de reunir a informação necessária sobre a capacidade defensiva desses símbolos de soberania que os castelos representavam. Era uma altura em que qualquer aglomerado com ambições urbanas se orgulhava do comprimento, da robustez das suas muralhas e das capacidades funcionais das suas torres. O escudeiro de D. Manuel I oferecer-nos-ia panorâmicas de cidades e vilas sob a protecção de altaneiros castelos enquanto o rigor da sua atenção pormenorizava aspectos planimétricos de alguns elementos defensivos. Ao findar o extenso périplo, Duarte d'Armas tinha em mãos um álbum coerente cujo interesse ia muito além da perspectiva militar.

Os desenhos, produzidos talvez em 1509, mostram a imponência do castelo de Bragança e a massa poderosa da sua torre de menagem. Apontam uma dura estrutura defensiva, que já integrava uma imponente alcáçova, e registavam a configuração dos panos de muralhas, sendo que em alguns se evidenciava a forma como a força da ruína tendia a fazer progressos. Deste modo o escudeiro do rei e desenhador confirmava o conteúdo de algumas fontes históricas que noticiavam que, pelo ano de 1500, o estado de decadência que ofendia não somente alguns sectores das muralhas mas também a Porta da Vila, aquela que era a entrada principal do recinto defensivo. Cinco anos depois, Lopo de Sousa, conselheiro do monarca e seu alcaide nos castelos de Bragança e de Outeiro, conjuntamente com Álvaro de Chaves, vedor da obra, comandavam a renovação das defesas, atacando a decomposição da muralha e da barbacã, operação exigente que contava com um orçamento próximo dos 153.000 reais e que, pelos repetidos abusos cometidos sobre os trabalhadores, motivou algum descontentamento popular.

Ainda não foi possível esclarecer se os trabalhos nas barreiras da cidade a que alguns documentos aludem referenciam apenas os muros da Vila ou se expressam a vontade de se envolver o casario que, já no exterior do núcleo primitivo, foi escorrendo pelas encostas do castelo e que, progressivamente, passou a organizar-se em função de novas centralidades como as praças de S. João e de S. Vicente. Nas vistas de Duarte d'Armas não se percebe a existência de um novo arco. Contudo, nas imediações da igreja de S. Vicente assinalar-se-ia a presença de uma torre ladeando um monumentalizado portal que, embora inacabado, deixa ver um coroamento ameado. A impossibilidade de avançarmos dados muito precisos sobre este elemento não impede que nos interroguemos se, como parece, seria uma antiga porta da cidade ou uma abertura que não chegou a alcançar o estado de perfeição. Em qualquer dos casos a construção só pode ter resultado de uma tentativa de intervenção urbana que, possivelmente, não chegaria a completar-se. Ainda que se considere obra inacabada, seria este o arco que se sacralizou com a imagem de S. Benito, conforme se conclui da leitura de uma carta escrita em Guimarães em 13 de Fevereiro (?) de 1507, que D. Manuel endereçou ao alcaide-mor, juiz e vereadores da cidade. Na missiva dava-se resposta a certos inconvenientes que os da governança tinham feito chegar ao monarca, especialmente relacionados com prática judicial de se colocarem em exposição no pelourinho os membros talhados e outras partes do corpo dos sentenciados. Considerando-se «que o pelourinho estava junto da povoação e fazia mui grande dano porque a praça era mui piquena e o pelourinho estava junto da porta principal da igreja [...] e tão junto da porta da fortaleza», ordenava O Venturoso que o resultado do acto judicial que implicasse mutilações e conseqüente exposição pública de mãos, pés, orelhas e cabeças cortadas a pessoas, deixasse de se fazer no pelourinho passando para «a porta do arco de Sam Benito que foi porta antiga da cidade no cabo da principal rua do arrabalde».

Em 1580 já a paisagem urbana tinha sido alterada pela materialização dos segmentos de um novo cordão defensivo. E, no mesmo ano, o produto de uma finta depositado na arca da Câmara para a empreitada da ponte de Moimenta seria desviada, depois de obtida a licença régia, para o reforço defensivo da cidade. Algumas destes trabalhos, projectados para abraçarem o casario que já se tinha distanciado do núcleo inicial, acabariam por ser arruinadas pelos cidadãos, num derradeiro gesto de patriotismo, antes do governador da praça de Pueba de Senábria tomar nas suas mãos as chaves do castelo.

A recomposição da malha citadina

Como se sabe, a nova conjuntura política que foi instaurada após 1640 trouxe para primeiro plano a figura do duque de Bragança e futuro rei D. João IV. E com as Guerras da Aclamação, outros protagonistas vislumbraram a urgência de dotar o tecido citadino com meios defensivos capazes de responder adequadamente às inovações introduzidas no armamento. Ainda que uma ou outra vez a acção tivesse sido desencadeada pela pressão popular, destacaram-se D. Gastão Coutinho, do Conselho de Guerra e governador das armas de Entre Douro e Minho, e o sargento-mor de Viana, Martim Velho da Fonseca. Zeloso, este «tratou logo com grande acerto da defesa dos lugares mais importantes [...] da provincia, levantou trincheiras, nomeou lhe capitães, e meteu lhe guarnições». Também Rodrigo de Figueiredo, seu sucessor em 1641, continuaria «em Chaves e Bargaça o trabalho das trincheiras». Mesmo assim, permanecendo algumas razões de insatisfação, os delegados da cidade às cortes de 1653 reclamaram da insuficiência dos meios de defesa e protestaram contra os abusos e humilhações que o sistema dos aboletamentos lhes infligia.

Estávamos num outro tempo, uma era em que tanto os avanços técnicos como a capacidade de alcance das novas armas revolucionavam a maneira de conceber as fortificações. Por isso a generalização do uso da pólvora tornaria obsoletas as construções defensivas levantadas no âmbito de um quadro de referências medieval.

No novo figurino construtivo, ambicionava-se a supressão de todos os ângulos mortos, cujas vantagens, sendo reconhecidas, impulsionaram o estudo e a aplicação prática das possibilidades que a geometria oferecia às novas metodologias que regulavam tanto a fortificação regular como a fortificação irregular. Aos novos princípios, alguns dos quais formavam o corpo principal dos postulados elaborados pela tratadística castrense, e aos conhecimentos dos engenheiros militares estrangeiros, que em número crescente arregimentámos, deve-se, em boa medida, a transformação radical do castelo e das muralhas medievais, agora reformuladas para poderem receber as pesadas bocas de fogo. Percebendo-se a sua inutilidade futura, os castelos e perímetros amuralhados foram olhados de diferente modo. Com efeito, se em algumas localidades os presídios medievais passaram a ser encarados como símbolos de um passado glorioso que complementava o orgulho das gentes também se conhecem vários exemplos de abandono e de destruição em nome de razões e valores de alcance incompreendido por sociedades que alcandoraram as questões do património edificado e dos centros históricos aos cumes da importância.

Seja como for, aquelas razões fizeram que em Bragança se trabalhasse na construção de um novo aro destinado a cingir a totalidade do espaço urbano. Topónimos como Estacada, Fossos e Esplanada - esta designação abrange terrenos que pertenciam à cerca do convento das freiras de Santa Clara – surgiram então e, de algum modo, hoje determinam o carácter dos sítios onde correram aquelas obras. Acções extraordinárias por responderem a circunstâncias excepcionais que faziam confundir os conceitos de soberania e de bem público. Num contexto em que a força do que se considerava ser necessário concedia aos militares uma capacidade dirigente que legitimava a rapidez da acção em que a supremacia do público sobre o privado sancionava o recurso a medidas drásticas como a apropriação de áreas adjacentes que pertenciam aos conventos de Santa Escolástica e de Santa Clara exemplificam. Mesmo a capela de S. Sebastião, apesar do seu padroado pertencer à Câmara, seria derrubada por se encontrar edificada na linha onde se projectava um novo pano de muralha.

Certamente que houve quem tivesse mostrado descontentamento com as decisões da engenharia militar. Mas todos os argumentos esgrimidos por aqueles que viam as suas casas ser demolidas ou pelos proprietários dos Batoques que perderam os moinhos eram vergados pela tirania das traças que assinalavam o percurso das novas barreiras. Importava, sobretudo, levantar obras de defesa e garantir que, em caso de incursão, os elementos invasores encontrassem o campo limpo de obstáculos para, assim, não se poderem ocultar da vista e do controlo das forças apostadas na defesa.

Pelos anos de 1721, Cardoso Borges, antigo sargento-mor e escrivão da Câmara, num texto destinado à Academia de História, recordava que em Bragança «se demolirão cinco ruas inteiramente sendo as principaes a rua de Bragança, e dos Prateiros, que eram as mais povoadas daquele tempo, huas para fazer esplanada ao castelo, e outras para continuar a fortificação».

Em consequência a malha urbana medieval sofreu uma recomposição que se caracterizou pela inscrição na malha citadina de procedimentos extraídos da métrica racional em afirmação, alguns dos quais preconizavam a existência de acessos desimpedidos para com rapidez se alcançarem os pontos mais importantes da muralha. Afinal dava-se seguimento ao modelo que tinha em Luís Serrão Pimentel um os seus principais teorizadores. Outra figura de proa da tratadística nacional, igualmente engenheiro-mor do reino, foi Manuel de Azevedo Fortes o qual, escrevendo já com as luzes do século XVIII acesas, vincava que «das armas se deve tirar a certeza da largura, altura, e comprimento de todas as partes que compunham uma fortificação».

Afinal, foram orientações como esta que, em Bragança, fizeram com que os militares considerassem a presença de «hua eminência que fica respeito desta cidade a Occidente, e na direitura daquella em que esta o castello». Tratava-se do Sardeal, um terreno arborizado que a Câmara costumava arrendar para pastos, e que, por oferecer vantagens posicionais daria assento a uma obra militar que seria delineada como um polígono regular dotado com quatro baluartes e dois revelins. Era o Forte de S. João de Deus, obra nova que avançava em bom ritmo no ano de 1659, quando o Conde de Mesquitela governava as armas desta província, de acordo com a planta e o orçamento efectuados em 1653 por Pierre Gilles de Saint Paul.

Diga-se que a situação da cidade à beira da acidentada linha da raia tornava frequentes as visitas de elementos da engenharia militar. Francisco de Groenemberg, Miguel Lescolle e, mais tarde (1668), Lucas Ferreira Simões são alguns dos nomes que, durante o século XVII, vistoriaram as defesas existentes. E como não era raro que as competências dos engenheiros militares se alargassem à esfera civil e religiosa, não será de afastar a possibilidade de, já na parte final da centúria de seiscentos, Lucas Ferreira Simões ter tido algum papel na concepção do santuário do Santo Cristo de Outeiro.

Pouco depois de 1660, quando os quartéis do Forte de S. João de Deus já estavam capazes de serventia, novos eixos de circulação prolongavam a cidade para o exterior dos antigos limites. Então, à medida que algumas casas roubavam espaço a hortas e cortinhas, a toponímia tradicional via-se acrescentada com designações como «o Canto junto à Caleija que vai para o Forte», o «Beco do Forte», a Rua do Forte e a Rua de S. João de Deus. Ao mesmo tempo o Forte de S. João de Deus passaria a ser encarado como uma das partes constituintes da cidade. Deste modo, pelas relações funcionais e pela percepção das qualidades intrínsecas, as partes «castelo, cidade e forte» passaram a ser vistas como órgãos de um mesmo organismo que, em boa medida, fundava a sua unidade formal no amplo abraço da linha das muralhas e trincheiras. Elemento que também fazia valer as suas características físicas quando, como uma moldura, delimitava um quadro em que tanto o casario particular como os edifícios religiosos se acomodavam ao longo dos arruamentos ou em volta de terreiros progressivamente sujeitos aos padrões da eficácia funcional, civil, militar e religiosa.

Madeira, grandes volumes de terras, cavas, pedra, tudo servia para erguer barreiras que entravassem a progressão do invasor e majorassem as possibilidades dos defensores. Trabalhos hercúleos que reclamavam um esforço financeiro proporcional e em que se destacou o clero tanto pelo contributo financeiro como pelo denodado nacionalismo. É forçoso que a segunda cerca da muralha, mostrando uma epiderme diversificada e uma estrutura alongada

mas sem se elevar muito em altura, não possa ser comparada aos muros de alvenaria que hoje se vêem a rodear o castelo e a Vila que, como se sabe, foram há menos de cinquenta anos objecto de fervorosa reconstrução. Em termos gerais, o cordão que delimitava a urbe, nascia na muralha do castelo, prolongava-se pela Estacada e continuava em terrenos da cerca das freiras de Santa Clara até ao cemitério do Toural, melhoramento oitocentista que tem a particularidade de assentar a sua parede Sul na linha da antiga barreira. Depois direccionava-se para a proximidade da porta da Rua dos Oleiros (agora Rua Almirante Reis), onde havia uma estacada que protegia a real fábrica da seda – edifício que se situava nas imediações da actual CGD e edifício dos CTT e ostentava no portal os símbolos heráldicos de D. Pedro II, os quais devem ser os que hoje se vêem no portal da capela particular de Santo António do Toural – corria parcialmente a Rua do Tombeirinho (agora Rua 5 de Outubro) – topónimo que pode perpetuar a memória de uma anta - até inflectir para o sítio onde edificaram a casa do antigo Lactário, na antiga Rua de Fora de Portas (agora Rua Alexandre Herculano), e continuava, contornando as hortas da cerca dos padres da Companhia de Jesus, até ao Postigo dos Batocos. A partir daqui, o seu trajecto quase acompanhava o curso do rio Fervença até à zona do Postigo da Cadeia, na Praça de S. Vicente, continuando sobranceira ao rio e paralelamente à Costa Grande até encontrar novamente o muro do castelo. A descrição, embora sumária, deixa ver que se tratava de um vasto perímetro onde, quando convinha por razões tácticas ou os acidentes da topografia consentiam, se apontavam alguns baluartes, como as boas metodologias da fortificação preconizavam. Era um tempo, não esqueçamos, em que a intervenção na cidade e a tendência para a sua modelação, segundo conceitos informado pela geometria, decorriam da existência de um poder central que se aproximava do absolutismo e que era muito informado pelos valores contra-reformistas.

A rua, a praça, as edificações. Os poderes

A rua e a praça estruturavam o espaço e organizavam as possibilidades de circulação de acordo com os condicionalismos impostos pelo cordão das barreiras de defesa. Na maioria das ocorrências inscritas no plano da normalidade, estes elementos urbanos deviam dar resposta às necessidades de um quotidiano ronceiro que apenas se transmutava nos dias de feira. Outras exigências acautelavam que tanto as ruas como as praças facilitassem os movimentos mais convenientes à estratégia militar, mormente quando as badaladas dos sinos mantinham a

população de sobreaviso perante a marcha do invasor. Dias excepcionais, embora com carácter diferenciado, eram também aqueles em que o calendário impunha uma pausa à áspera labuta do dia a dia para se poder celebrar a festa com os seus prolongamentos nas esferas do sagrado e do profano. A rua e a praça deviam ainda prolongar as naves das igrejas, especialmente naqueles dias em que as palavras inflamadas do pregador, para fazerem sentido, requeriam a apropriação e sacralização do espaço citadino pela comunidade de fiéis. Em alguns destes momentos as preces colectivas podiam ser motivadas por regozijos públicos, mas na maioria dos casos confundiam-se com demonstrações de exacerbada penitência em que o colectivo da cidade afagava a alma e se deleitava na contemplação dos rostos sofridos das imagens de vida exemplar. A voz do púlpito tinha a capacidade de conformar os gestos e o olhar de cada um de modo a que se desse visibilidade ao império de um ambiente místico. E os irmãos das confrarias, todos os homens, especialmente os que ofereciam os ombros ao peso dos andores, sincronizavam os seus passos arrastados com as sonoridades de charamelas e trombetas ou com som confrangedor das campainhas e matracas. Em outras ocasiões, algumas manifestações religiosas deixavam mais campo para as celebrações profanas. Sempre por amor a Deus! Actualmente já não se realiza a procissão de S. Jorge que era uma das principais da cidade. E o Passo contíguo ao chafariz da Praça de S. Vicente é a única capela remanescente dos Passos da Paixão, testemunho de resistência e, ao mesmo tempo, recordação do desrespeito dos homens pelos sinais desta memória colectiva. Num tempo em que as disposições da igreja militante eram avassaladoras e em que ser-se bom comedor de carne de porco equivalia à certificação de um cristão de boa cepa, era frequente que as medidas de polícia se associassem com outras do foro sagrado. Medidas de higiene pública obrigavam a varrer e regar as ruas aquando da realização de procissões importantes como era o caso da do *Corpus Christi* e impunham igualmente o branqueamento das fachadas das casas situadas no trajecto por onde passava o pálido e o ostensório.

As posturas municipais deixam também ver como muitos ofícios se processavam ao ar livre, fazendo da rua ou do quintal, que muitas vezes complementava a casa, a oficina. E muitos foram os litígios gerados por tais práticas ou pelas perturbações causadas pela ocupação do espaço público com a exposição de produtos manufacturados. Nesta medida a rua nunca foi um espaço neutro. Por isso a fisionomia e, sobretudo, a personalidade social e funcional destes eixos sujeitos a factores como a incerteza e a descontinuidade do crescimento urbano sofreria assinaláveis transformações. No tempo das calmas, num mundo em que todos se conheciam, podia saber-se a quem pertencia o jumento ou o cavalo pela poeira que levantava

o seu tropel e uma pequena ventania bastava para formar uma nuvem de poeiras que arrastava fragmentos de palha e de folhagens em decomposição. Mas no resto do ano vários eram os períodos em que as chuvas e nevadas transformavam as ruas e os terreiros em verdadeiros lamaçais, obrigando os moradores a exercícios diversos para poderem escolher o trajecto mais fácil. Era um tempo em que a pavimentação era prática pouco usada e, mesmo nas grandes urbes, os passeios para peões nem sequer constavam da lista de preocupações dos edis. Estes bem ameaçavam com penas os que, sem gritar alto três vezes «água vai», lançavam os despejos para a rua ou aqueles que, nas zonas de curtumes envenenavam o rio com as surradas, ou ainda os que não depositavam os lixos nos locais das montureiras.

Uma multiplicidade de construções caracterizava este quadro já que além das funções residencial, religiosa, política e militar a vida quotidiana exigia a existência de fornos, de celeiros, de palheiros, de lagares, de tinturarias e de cómodos para os animais. No plano individual deve dar-se importância aos quintais porque complementavam a casa como horta, como jardim e lugar de despejos. E, quanto mais recuarmos no tempo, mais os espaços abertos influenciavam a morfologia dos arruamentos das nossas cidades, dominada pela irregularidade organizacional. Assim, muitas das ruas só há pouco tempo, com a construção nos espaços vazios, adquiriram a configuração actual, uma sucessão de volumes cheios. Volumes definidos pelos edifícios de planta acanhada, o que lhes impôs um crescimento vertical, e pelas casas, em número muito menor, compridas e com dois pisos, sendo o andar ritmado pela presença de balcões e, ladeando a prestigante pedra de armas, por uma sucessão de janelas emolduradas por pedras de cantaria. Em Bragança, entre 1762 e 1764, a loja de animais era presença constante em quase todas as habitações que nunca se elevavam acima dos dois andares. Contudo, a maioria das casas só tinha um andar. Neste período, a Rua Direita, que era a artéria mais importante da urbe, era definida por 61 casas com dois andares e 37 de um só sobrado. Salvo raríssimas excepções, a ausência de monumentalidade, a simplicidade de linhas e o escasso investimento decorativo eram as notas dominantes da arquitectura civil sem carácter público.

Também os paramentos das igrejas raramente mostram cedências às propostas de animação dos respectivos alçados. E embora reservem o maior investimento decorativo para a entrada principal a verdade é que, exteriormente, a superfície plana, a secura dos ângulos e a neutralidade das aberturas de iluminação documentam a relativa incapacidade das opções arquitectónicas para modificarem a estática volumetria das edificações. Em ambiente contra-reformista, o maior investimento artístico reservar-se-ia para os interiores onde o brilho do ouro e

a policromia dos retábulos e dos tectos de caixotões e de quadratura afirmavam a estética barroca enquanto maravilhavam os fiéis.

No traçado de cidades com raízes portuguesas não há um único centro mas a implantação sucessiva de largos e terreiros foram dotados ou ganharam capacidade de comando sobre as ruas ou sobre a linha de muros ou trincheiras que protegia a urbe. Linha que apenas se interrompia em limitados pontos, as portas e postigos, e ainda assim com desigual importância, para que fosse possível o controlo sobre a entrada e saída de pessoas e bens.

A porta da Rua dos Oleiros e a da Rua do Cabo formavam as duas principais aberturas do grande perímetro defensivo. Ambas dirigiam o transeunte que demandava a cidade para a Praça do Colégio, vasto terreiro onde nasciam as Ruas da Corredoura ou da Carreira, depois chamada do Espírito Santo (a popular Rua de Trás), e a Rua Direita, as quais, correndo paralelas, apontavam a direcção do Castelo, antes de morrerem junto à igreja de S. Vicente que senhoreava a praça do mesmo nome e se abre no sopé da elevação onde pontifica a fortaleza medieval. Por isso o visitante que quisesse demandar a Vila tinha que passar em S. Vicente. O percurso mais directo proporcionava-o a Costa Grande e a Costa Pequena. Se a preferência fosse para caminho mais cómodo, porque com menor declive, o viajante orientar-se-ia para as igrejas de S. João e S. Bento, onde se abria outra praça. Tomando a antiga Rua dos Prateiros encontrava a porta principal do castelo mas se seguisse de S. João para S. Francisco, à sombra da fortaleza, podia entrar na Vila pela Porta do Sol. Deste sítio partia a estrada de ligação com Outeiro e Miranda do Douro.

A praça foi sempre um elemento de diferenciação entre os modelos urbanísticos de tradição clássica e os de outros complexos histórico-culturais. Herdeira da ágora grega e do forum romano, nas nossas cidades sempre andou associada às funções vitais com destaque para as manifestações de cidadania mais emblemáticas.

Na sua evolução, a cidade de Bragança também pode ser analisado em função da praça e da supremacia hierárquica que largos e terreiros vão adquirindo à medida que se consolidavam os movimentos orgânicos da expansão urbanística. Sendo desejável que a sua amplitude espacial permitisse a realização da multiplicidade de funções que, periodicamente, ocorrem numa cidade, também era conveniente que a localização destes largos e terreiros contribuísse para a afirmação de valores de centralidade tão caros à governança, ao sermão, ao pregão e até aos ruídos novos que, na festa, desenredavam a alma de muitos.

Na Vila, na muralha do lado Norte, junto à Torre de Menagem e ao pé da torre dos sinos da Câmara, a capela de Santiago solenizava a praça do mesmo nome. Neste espaço, onde actualmente se ergue o pelourinho, foi onde, durante anos a fio, se encontravam os bragançanos com os moradores das aldeias do termo e gentes de outras partes que aí vinham a mercadejar. A muitos, certamente que o alpendre da capela, cujas colunas se apoiavam sobre os leões que tinham pertencido a um túmulo com estátua feminina jacente, lhes ofereceu abrigo. O templo medieval já não existe mas perdurou a fama das luzidas festas que a nobreza, todos os anos, aí organizava para honrar o patrão dessa antiga paróquia da cidade.

O lento escorrer do tempo, fazendo a cidade extravasar os limites da muralha que protegia o primitivo núcleo urbano, dava consistência à personalidade urbanística dos arrabaldes. Ao mesmo tempo crescia o interesse de compradores e vendedores para, em certos dias, acorrerem ao terreiro onde a alta torre da igreja de S. João Baptista projectava a sua sombra. Sendo certo que as muralhas ofereciam protecção aos que moravam no espaço intra-muros também é verdade que a segurança exigia contrapartidas que, em certos momentos, agravava as dificuldades dos residentes. Então, paulatinamente, iam-se desenhando movimentos que privilegiavam as moradas no exterior das muralhas. Alguns documentos testemunham como os da Vila protestaram contra a importância crescente da Praça de S. João. Protestos que, uma ou outra vez, encontraram acolhimento no seio dos homens-bons, os mesmos que decidiram a aplicação de coimas a todos aqueles que teimassem na sua preferência comercial pelo rossio situado defronte da paroquial de S. João. Era à Praça de Santiago que se deviam dirigir. Decisão que provocou a contestação dos habitantes do arrabalde porque, diziam, além da Praça de S. João ser tão antiga como a cidade também era ancestral costume aí poder vender quem quisesse. Portanto, parece que mais do que a questão económica o que verdadeiramente estava em causa era a definição de uma nova hierarquia espacial no tecido urbano.

Posicionada nas imediações das portas da Vila, em espaço relativamente desafogado, esta praça era tutelada pela igreja de S. João Baptista, uma importante paróquia da cidade que na segunda metade do século XVIII seria colada à Sé, transferida por D. Fr. Aleixo de Miranda Henriques de Miranda do Douro para Bragança. Daquela decisão resultaria a progressiva ruína da igreja que acabaria por de perder. Ornamento da mesma praça era a casa da prosápia dos Teixeiras onde, depois, se fundou a igreja e o convento das freiras de Santa Escolástica. Num dos alçados do tempo ainda se conserva a pedra de armas daquela linhagem e testemunhos dos marcos de algumas janelas do primitivo solar.

Depois de 1685 a praça seria bastante amputada já que, como a anuência do juiz, dos vereadores e do procurador, a cidade consentiu que as religiosas anexassem ao convento «o ditto terreiro». Durante boa parte do século XVIII foi neste espaço que esteve a Casa da Alfândega, organismo que também ocupou umas «cazas» que pertenciam à abadia de S. João Baptista e que se implantavam na Praça de S. Vicente.

A largueza de espaço não era atributo principal da praça que recebia os fluxos provenientes de duas das mais importantes artérias da cidade – Rua Direita e Rua do Espírito Santo – que reorientava para o Castelo ou S. Francisco e que, através do Postigo da Cadeia, comunicava com a Ponte das Tinarias, sobre o Fervença, e garantia o acesso às fontes que forneciam água potável à cidade, aos moinhos, aos tanques dos curtumes e às tinturarias das sedas. Durante muito tempo estas actividades nutriram a economia local e caracterizaram o tecido social desta parte da cidade que, no século XVII, assistiu à formação de novos arruamentos. Durante o século XVI, quando a igreja de S. Vicente sofreu obras de monta, o lance da mudança da confraria da Santa Cruz da capela de Santa Catarina, situada na igreja dos mendicantes, para o templo consagrado ao santo diácono acrescentou importância ao templo e à praça. A confraria do Santo Cristo, como passara a ser designada, converter-se-ia na mais importante da cidade dando ensejo à realização de grandes festejos. E, quando a projecção do culto se mudou para Cabeça Boa, junto a Samil, onde o Bispo D. Luís da Veiga Cabral intentou a fundação de um recolhimento para donzelas, a memória das festas de 3 de Maio continuaria a cativar os feirantes para a Praça de S. Vicente. Por isso as festas do Santo Cristo foram a matriz da famosa Feira das Cantarinhas que, anualmente, se celebra em Bragança. Na mesma igreja estava a milagrosa Senhora de Roncesvales, imagem de roca e de vestir, especialmente venerada pelas parturientes pois nos parto difíceis «mandão que se lhes dem nove toques no sino daquela igreja, o que vai fazer, ou o marido, ou a pessoa mais chegada». Assim, como escrevia Fr. Agostinho de Santa Maria, conseguiam apaziguar os receios que, naquela hora, apertavam os corações.

Por outro lado, a construção de um chafariz em 1746 mostra a importância deste espaço não somente por se tratar do ponto de abastecimento mais importante do perímetro urbano mas ainda porque outras forças sociais pretenderam posicionar esta obra na Praça do Colégio. Ao mesmo tempo, a presença do edifício da cadeia civil e, já em finais da centúria de setecentos ou nos primeiros anos da seguinte, a construção do novo e monumental edifício do Corpo da Guarda Principal comprovam a função de charneira que a Praça de S. Vicente ainda desempenhava. Todavia, nesta altura, aqui e ali, já aflorava a designação de Praça Velha.

Então, a Praça do Colégio, que desde 1619 repartia com a Praça de S. Vicente a faculdade de aí se poder vender peixe, prática que era proibida nos dias de feira, tendia a assumir maior protagonismo tanto mais que funcionava como o ponto de recepção dos viajantes oriundos de localidades como o Porto, Chaves, Vinhais e estrada de Quintela de Lampaças. A presença, desde os meados do século XVI, da igreja e do colégio do Santíssimo Nome de Jesus, administrado pelos padres jesuítas, emprestou-lhe o nome, acrescentou-lhe prestígio e, a par com a casa comprida da fidalguia local que corre no lado fronteiro ao alçado da igreja, modelou-lhe a fisionomia. Durante o século XVII era, juntamente com o Terreiro das Eiras do Arcebispo, espaço amplo que lhe fica contíguo, o toural da cidade por ser aí que acorriam todos os que queriam vender ou comprar gado. Nas ocasiões solenes, também aqui se realizavam algumas das demonstrações festivas como sucedeu nas grandes celebrações de 1622 que se programaram para as alegrias da canonização de Inácio de Loiola e de Francisco Xavier.

Formando um rectângulo, é a zona central do antigo terreiro do Colégio assinalada por uma plataforma escalonada que serve de envasamento a um cruzeiro de fuste espiralado, datado de 1689, que confirma a assumpção no interior do país de algumas fórmulas estéticas caras ao barroco arquitectónico. Substituiu esta obra um outro cruzeiro existente, provavelmente despido de atributos artísticos, mas com uma presença suficientemente marcante para, durante muitos anos, a praça ser nomeada como Praça da Cruz de Pedra. A sua construção, talvez pela mesma mão que participou na fábrica do portal de Santa Maria [mestre Martinho da Veiga (?)], foi paga com recurso ao lançamento de uma finta.

Já antes associámos a vontade de intervir na cidade com medidas racionais à crescente afirmação do poder central. Contando séculos de crescimento orgânico e sem constrangimentos apreciáveis raros foram os casos que deixaram moldar-se pelo figurino ortogonal. Estando a geometria ao serviço do poder, os seus praticantes, quase todos engenheiros militares, materializaram importantes exercícios correctivos. Em consequência, a maioria dos estudos de natureza militar que chegaram ao nosso conhecimento especulam, sobretudo, à volta de concepções relacionadas com o desenvolvimento geométrico dos trabalhos defensivos bragançanos. Obras, adaptadas ao alcance das novas bocas-de-fogo e que, podendo ser batidas à distância, deviam não só recusar o crescimento em altura mas conformarem-se com novas características tais como os perfis rasos e com formas compactas para resistirem aos impactos. Todas estas obras não podiam correr à margem da intervenção na cidade que veria seu desenvolvimento e possibilidades circulação fortemente constrangidas pelos postulados teóricos que a engenharia militar considerasse.

Já noutro lugar demos à estampa e nos referimos a alguns dos estudos de modernização das fortificações da cidade efectuados por engenheiros militares durante o século XVIII. Todavia, não se conhecem testemunhos materiais das contribuições e propostas de homens como António de Aguiar Coelho que, após o seu falecimento em 1733, seria substituído por Rodrigo Sande de Vasconcelos, discípulo do engenheiro-mor do reino Manuel de Azevedo Fortes, nem de Luís Xavier Bernardo, João António de Távora, Francisco Xavier do Rego e Manuel de Sousa Pereira. Mas em 1754, José Monteiro de Carvalho produziu um estudo que, se tivesse sido executado, transformaria muito a área do castelo e boa parte da cidade. A capacidade técnica deste engenheiro militar poderá ser aquilatada pelo facto de, em 1760, já com o posto de sargento-mor, ter sido proposto para suceder ao prestigiado Eugénio dos Santos e de, nove anos depois, ter sido encarregado pelo Marquês de Pombal de proceder às adaptações do Colégio de Santo Antão para aí poder funcionar o Hospital de S. José.

Alguns anos antes, talvez em 1763, o risco saído da mão do capitão-engenheiro italiano Giozé Maria Cavagna ilustrava não somente o estado das defesas bragançanas como assinalava os pontos em que foram profundamente danificadas, em 1762, pelo exército espanhol comandado pelo tenente-general marquês de Cevallos. Na sequência desta ocupação territorial, o engenheiro militar espanhol que acompanhava os invasores debuxaria com grande fidelidade um «plano de la Plaza de Berganza com sus castilhos antiguo, y moderno», planta de grande fidelidade que, no essencial, sistematizava a estruturação de um tecido citadino que poucas modificações sofreria até à segunda metade do século XX.

O surgimento de novas perspectivas

Preocupando-se em inutilizar definitivamente as obras defensivas, dinamitando panos das muralhas e abrindo os ângulos de alguns baluartes, os espanhóis foram capazes de alterar a substância da relação da cidade com as construções que até aí tinham sido olhadas como redutos capazes de oferecerem segurança máxima em momentos de crise aguda. Só que não demoraria muito tempo para o conceito se alterar tanto interna como externamente dado que

tanto a voracidade dos acontecimentos como a inevitabilidade do seu eco evidenciava o cansaço de grande parte das soluções tradicionais e a imanência de uma outra Europa que se anunciava nas metamorfoses de um radicalismo que os teóricos da teoria do direito divino da autoridade nunca suspeitaram. Se internamente tem significado o esmorecimento do poder do poderoso Pombal, no plano externo um fundo temor invadia a alma dos privilegiados do Antigo Regime à medida que se evidenciavam os frutos nascidos da sementeira do novo ideário. Por isso, o que se anunciava em cada Primavera da parte final da décima sétima centúria, ainda que as atmosferas regionais fossem diferenciadas, era o fim de uma época, aquela que os historiadores costumam designar como Época Moderna.

Inúteis para a guerra, que agora se processava noutros moldes, as linhas das muralhas e barreiras tendiam também a ser olhadas como sinais de um tempo de repetidas sujeições, muitas vezes cegas e absurdas, por derivarem da cepa da injustiça em que assentava a ordem social do Antigo Regime.

Em Bragança, na parte final do século XVIII a documentação conhecida deixa ver o surgimento de novos interesses acompanhados por autorizações para a apropriação dos solos até aí ocupados pelas barreiras. Com a particularidade desses chãos possibilitarem, especialmente na Rua do Tombeirinho, a edificação de novas casas.

A tendência para o casario se aproximar paulatinamente do antigo cordão defensivo, o preenchimento dos espaços vazios que continuavam a bordejar as ruas e as adaptações do tecido edificado, como o acrescentamento de mais um piso às casas dos principais eixos viários, davam resposta às necessidades demográficas de uma urbe que continuava a manter uma relação muito estreita com o mundo rural. No essencial, seria esta estrutura urbana que permaneceu quase intocável durante mais de um século, até à altura em que os agudos silvos da locomotiva - a primeira locomotiva chegou a Bragança em Outubro de 1906 - não só alvoroçou os espíritos pelas esperanças no proclamado progresso mas ainda inculcou em todos uma noção, a do tempo regular e preciso que passou a ser determinado, inexoravelmente, pelos ponteiros dos relógios.

A presença da banda de Infantaria 10 na estação ferroviária no dia da inauguração do caminho-de-ferro, mostra a importância que a tropa continuava a manter nesta cidade por razões de ordem económica e também pela continuada capacidade dos seus elementos exercitarem as suas ideias entre o espaço castrense e as poltronas da municipalidade. Uma presença na urbe quase permanente e com objectivos que obrigavam a maior atenção aos ritmos das conjunturas.

Por isso, ainda antes de ter sido assinado o diploma relativo à nacionalização das ordens religiosas, os militares cobiçavam as casas do convento de Santa Clara e das Oblatas do Menino Jesus, no Loreto. Os edifícios das duas instituições religiosas seriam a base de projectos para a edificação de um hospital militar que se desejava maior e com aptidões que escasseavam no existente, levantado no século XVII, no tempo de D. Pedro II.

Sob o ponto de vista urbano, o apaziguamento social e político de meados do século XIX traduzir-se-ia numa maior atenção sobre a rua e a praça pois há notícia da obra do calcetamento do Largo das Eiras e da Rua do Passo. Estes empreendimentos corriam em 1854 e eram acompanhados pela vontade de se iluminar a cidade com seis lampiões de azeite que seriam colocados nas Eiras de S. Bento, Rua da Amargura (junto a S. Vicente, depois Rua de S. João), proximidades das Portas da Vila, numa viela da Costa Grande, na Rua do Passo e ainda na Rua dos Ferradores. Preocupações que, alargando-se, analisavam as vantagens de «se evitarem obras deslocaladas, e sem nexos, que muitas vezes tolhem, ou impeçam que se fação de futuro, obras de grande utilidade». Na mesma sessão, datada de 26 de Junho de 1856, consideravam-se ainda outras medidas de gestão urbana que se projectavam nos termos de um hipotético plano urbanístico que devia consignar, a par com o alinhamento das ruas e das praças, a canalização das águas. Seria nesta linha de preocupações que, no Verão desse ano, quando se construía um novo acesso entre a Rua dos Oleiros e o Forte onde estava o quartel de Cavalaria nº 7, se manifestavam orientações urbanas efectivas, registando-se no livro das actas da Câmara como a Rua do Espírito Santo, «huma das melhores da cidade, se acha deformada e deturpada, com a saliência da каза chamada do Corpo da Guarda velho e com o coberto» de outro edifício particular que além de «tolhe(r) a vista da mesma rua» possibilitava a acumulação de lixos. Em 1861, alguns vereadores insistiam na urgência de algumas obras que enfatizavam ambições urbanas: definição e traçado dos arruamentos, abastecimento de água potável, edificação de um novo edifício para sede do município, levantamento de uma carta topográfica da cidade e acessibilidades para as povoações do concelho e dos concelhos limítrofes.

Mas era regra que as perspectivas dos programas municipais não fossem acompanhadas pelos recursos da tesouraria. Daí que o património da igreja que tinha sido nacionalizado fosse muito apetecido. Entretanto, na pacata cidade alguns manifestavam em voz alta as preocupações relacionadas com a higiene urbana, clamando pelas vantagens de desinfectar as ruas, largos e becos, numa altura em que a cólera e o tifo andavam à solta.

O eco de alguns temas nacionais levaram as autoridades locais a solenizarem, em 10 de Junho de 1880, a alteração do nome do largo contíguo à Praça da Sé, o Largo das Eiras do

Colégio, para Praça Camões. Dois anos depois, comemorava-se o centenário do Marquês e, em Maio, a antiga Rua do Terreiro passava a ser designada pelo nome de Marquês de Pombal. A ambiciosa pugna – não de todos - pela linha férrea não distraía a Câmara de lançar mão da cerca e convento das freiras de Santa Clara, espaço para o qual a cidade projectou realizações tão diferentes como uma praça-mercado e uma nova catedral. Atractivo era também o património edificado do convento de freiras de S. Bento, onde o município tentou instalar a sua sede a par com a acomodação de outras repartições públicas e equipamentos como uma estação telegráfica. Em Maio de 1859 o claustro do convento de Santa Escolástica seria desmontado e as suas colunas desbaratadas em outras aplicações.

As várias ocorrências com importância nacional e internacional provocaram o fervilhar das ideologias e a agitação do ambiente político finissecular transitaria para o século XX. Mas localmente o tema do caminho-de-ferro continuava com grande actualidade. Nos primeiros dias do ano de 1905, o engenheiro construtor da linha, Costa Serrão, incentivava a continuação dos trabalhos, promovendo terraplanagens, que foram empreitadas por João Lopes da Cruz, no espaço que se designava Largo de Santo António e Tournal. Então, um ermo onde seria edificada a Estação, cujo prospecto seria, como escrevia um plumitivo local, «d'huma perfeita belleza architectonica». Em simultâneo, apontava-se a necessidade de se rasgar a Avenida, uma nova via capaz de dar «vasante ao movimento que se há de estabelecer entre a estação e Bragança e para que é evidentemente insufficiente a estreita Rua do Conde Ferreira». Embora localizada a escassas centenas de metros da principal praça da cidade, a Praça da Sé, a estação ferroviária era sentida como um corpo relativamente estranho, talvez porque o sítio da sua implantação estava «fora de portas». Parecendo notório o peso da antiga atmosfera urbana, a verdade é que a Avenida foi sendo ladeada, mais de um lado do que do outro, por casario que respondia a um novo surto urbano a que o Estado Novo acabaria por se associar com o programa de uma nova praça, a que não faltava a famosa calçada portuguesa e um decorativo fontenário, monumentalizada com edifícios de risco estudado que davam pública mostra de alguns dos valores assinalados pelo regime em vigor.

Epílogo

Recentemente, tal como aconteceu em outras urbes, também o espaço público do centro histórico bragançano foi objecto de importantes obras. Trabalhos de requalificação mas

que aqui e ali se traduziram na excessiva valorização do desenho como se o propósito essencial fosse a criação de cenografias destinadas a servir de suporte a um qualquer produto de conteúdo citadino. Há quem note, sublinhando a standardização de procedimentos e a introdução de incompreensíveis condicionamentos à circulação em algumas ruas, peões incluídos, que estes programas também serviram para apaziguamento da má consciência dos poderes que, durante sucessivos anos de inércia, permitiram a penalização do património colectivo formado pelos antigos núcleos das cidades. Desinteresse com alcance social já que nas zonas envelhecidas e abandonadas os residentes eram, na sua maioria, idosos e pessoas de recursos limitados. Mas se pensarmos que grande parte das ruas do centro histórico se caracterizam já por um índice de ocupação muito baixo e que a desertificação tem sido acompanhada pelo encerramento das portas do comércio tradicional adivinhamos a lentidão e as dificuldades do processo de regeneração da parte antiga da cidade.

Embora tardio, este conjunto de atitudes corresponde à ambição de se assegurar a continuidade da própria cidade, mantendo uma vida civil que lhe garanta a sua personalidade nos termos de um quadro vital onde possam surgir soluções que a projectem no futuro. Sem poder furtar-se aos passos da legenda dos deuses e dos heróis, as nossas cidades, a maioria muito antigas, obedeceram durante séculos às linhas de desenvolvimento simbolizadas por Anfião e por Zeto, os míticos filhos de Zeus e de Antíope, justamente aqueles que conquistaram a cidade de Tebas a Cadmos, o seu fundador. Pela sua criação entre pastores e agricultores, Zeto complementava o seu carácter rude com uma grande força. Já a delicada compleição física do seu irmão, Anfião, concordava com uma alma cândida e um temperamento calmo que muito se comprazia no canto e nos acordes da lira de sete cordas que tocava quase incessantemente. Um instrumento de ouro que Apolo lhe tinha ofertado. Perante a urgência das obras da muralha de Tebas nenhum dos dois se escusou ao trabalho. Só que enquanto Zeto despendeu um esforço enorme a transportar e a aparelhar os blocos de pedra extraídos nas montanhas vizinhas para fazer crescer os muros, Anfião alcançava sem custo algum o mesmo resultado pois só com os timbres da sua lira conseguia fazer com que as pedras ocupassem na muralha a posição mais apropriada para que resultasse obra resistente.

Assim, no âmbito das possibilidades orgânicas e criativas das forças da natureza, de que o Homem faz parte, transmitiu-se consistência ao *logos* e organizou-se a realidade dos valores humanos e das suas contradições enquanto fenómenos que, na longa duração, cerziram as cidades e as apetrecharam com instrumentos capazes de se poderem acomodar às sucessivas e variadas provações que as mudanças estruturais comportaram. Porém, na época

contemporânea, as cidades, deixando-se capturar pelas lógicas mecanicistas e funcionais, quebraram as antigas leis dos princípios harmónicos teorizadas por Vitruvius e Leon Baptista Alberti e, simultaneamente, determinaram-se a seguir o partido de Prometeu – o titã que criou o primeiro homem e que o lançou na Terra nu e sem armas mas que lhe deu o conhecimento do fogo. O mesmo que, julgando-se igual às potências divinas, se revoltou contra Zeus. Só que, dominada a afronta, seria acorrentado para sofrer as investidas de uma águia que diariamente lhe devorava o fígado, víscera que, admiravelmente, se reconstituía de um dia para o outro. E, se da condenação faziam parte outros padecimentos como a impossibilidade de poder voltar a escutar a voz humana, o impedimento eterno de vislumbrar um rosto piedoso ou o benefício de merecer a atenção de um gesto consolador, o sofrimento de Prometeu parecendo significar que a propagação do progresso civilizacional só pode ser alcançado à custa da dor humana, também sugere, como se de uma condenação se tratasse, a prisão do Homem ou o seu solitário confinamento aos limites das cidades.

Cada vez maiores, mais frias e desalmadas apesar dos seus ocupantes e utilizadores muito beneficiarem com a progressiva internacionalização da cultura de consumo. Paradigma que inculca a contradição maior entre o fenómeno da estandardização e a diluição da identidade das comunidades com o conseqüente afrouxamento da afectividade nas relações entre os moradores. E também com o incomportável crescimento dos subúrbios das grandes urbes e a eternização dos fenómenos de exclusão social. Importa por isso encontrar formas de se dar relevo às especificidades culturais regionais para se contrariar a tendência para o desenraizamento progressivo das populações e a descaracterização das urbes mesmo quando algumas previsões apontam para que 75% dos viventes do planeta vivam em megapólis dentro de mais ou menos meio século.

A apologia da cidade e dos centros históricos implica um esforço e orientações no sentido de promover a reintegração da política na arquitectura com a ambição de se tecer o seu comprometimento com uma inegável função social. Ao mesmo tempo, importa ter em conta que, no nosso país, grande parte dos moradores das cidades têm as principais referências de vida em ambientes moldados pela ruralidade que, inexoravelmente, foram deixados para trás. Com conseqüências diversas mas quase sempre graves como seja o abandono total de algumas comunidades rurais. Num jornal local («Informativo», 25 de Setembro, 2006), escrevia-se que o Distrito de Bragança tem cada vez mais aldeias fantasmas. Apontavam-se mesmo os nomes de algumas aldeias do concelho de Mogadouro, Santo André, Roca e Quintas de Souto, como

exemplos de povoações sem gente, apenas povoadas pelas memórias do passado pois os últimos habitantes, afirmava-se, partiram nos anos 90:

«não há gente a circular, não há cães a ladrar ou gatos a apanhar sol nos telhados, não se ouve o riso das crianças, as ruas estão cobertas de ervas. (...) As casas estão abandonadas e em lugar de portas há tijolos para evitar a profanação daquilo que em tempos foi um lar».

Falar de cidades é, antes de mais, falar de património. E a questão de saber «o que é que define o Património?», que também ficava bem no início deste texto, pode servir como seu epílogo. Como resposta, socorrer-nos-emos de uma entrevista concedida ao jornal «Público», em 22 de Março de 2005, por Simon Thurley, então presidente do English Heritage. Eis as suas palavras:

«As pessoas. Há dois erros comuns no que respeita ao património. O primeiro é pensar que é sobre edifícios – é sobre as pessoas e o que elas investem nos tijolos. O segundo é pensar que é sobre o passado – é sobre o futuro, o que ficará depois de nós desaparecermos [...]. Por outras palavras, o que é o Património? Aquilo que uma dada geração considera dever ser deixado para o futuro».

BIBLIOGRAFIA

A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. V

ALVES, Francisco Manuel – *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Bragança, Tipografia Académica, 1982, XI Tomos (Edição Fac-similada)

BORGES, José Cardoso – *Descrição topográfica da cidade de Bragança*, BNL, Reservados, COD 248

LOPO, Albino dos Santos Pereira – *Bragança e benquerença*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1983

RODRIGUES, Luís Alexandre – *A festa como exaltação da cidade*, in «Actas do Congresso A festa em Trás-os-Montes», Bragança, 1995

- *Bragança: da averiguação dos efeitos do terramoto de 1755 às memórias Paroquiais de 1758*, in «Amigos de Bragança», 9ª Série, nºs 2, 3, 4, Bragança, 1995

- *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, 2 vols., Bragança, 1997
 - *A transferência de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques para a diocese do Porto e o fracasso do projecto arquitectónico da Sé de Bragança*, de António Stopani Romano, Separata «Actas do I Congresso sobre a diocese do Porto. Tempos e lugares de memória. Homenagem a D. Domingos Pinho Brandão», vol. I, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão / Universidade Católica – Centro Regional do Porto/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998
 - *O Distrito de Bragança nos séculos XVII e XVIII: a arquitectura religiosa de função paroquial*, in «Portugal Brasil – Brasil Portugal. Duas faces de uma realidade artística», Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000
 - *A cidade de Bragança na época Moderna. Defesas e constrangimentos sobre o tecido urbano*, Separata «Actas do colóquio internacional Universo Urbanístico Português (1415-1822)», Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001
 - *Subsídios iconográficos da cultura de massas. As festas realizadas em Bragança pela Companhia de Jesus na sequência das canonizações de Santo Inácio de Loiola e de S. Francisco Xavier*, Separata da Revista «Brigantia», Bragança, vol. XXV, 2005
 - *Antigos mosteiros e congregações do Distrito de Bragança. Subsídios artísticos*, Separata da Revista «Brigantia», Bragança, vol. XXVI, 2006
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de – Santuario Mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, Lisboa, T. V, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1716
- SANTOS, Reinaldo dos – *Plantas e desenhos barrocos*, in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», nº2, Lisboa, 1950



Fig. 1 Bragança (parte Oeste) por Duarte d'Armas



Fig. 2 Bragança. Praça da Sé (c. 1930)



Fig. 3 Bragança. Praça da Sé na actualidade